

Há passado em cidades novas? Reflexões sobre história e historiografia de uma cidade do século XX (Santa Rosa/RS)

Maira Eveline
Schmitz

Doutoranda em História –
UFSM e docente EBTT
no IFFar

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

Na primeira metade do século XX, ocorreu a criação deliberada de vários núcleos urbanos no território brasileiro, motivada pela necessidade de proteção de fronteiras, de escoamento da produção agrícola, de alocação da população imigrante e pela instalação de vias férreas. Isto se deu, principalmente, nas regiões do oeste do país e dos Estados, marcando um movimento territorial deslocado do litoral e das capitais econômicas e políticas. Este fenômeno tem sido nomeado pela produção acadêmica como “cidades novas”, termo que remete a uma condição temporal, mas também a uma identidade urbana específica. O conceito ganhou maior destaque nas discussões referentes ao urbanismo destes conjuntos e nos debates acerca da (in) existência de seu patrimônio cultural e espaços de memória, uma vez que, em geral, a estética urbana nestes municípios é marcada pela lógica da demolição e da reconstrução. Considerando que este é o panorama de muitas das cidades brasileiras que surgiram no século XX, propõe-se uma reflexão sobre os usos do passado e sobre as possíveis contribuições da História e da Historiografia para um entendimento mais plural e democrático da constituição destes espaços. Para tanto, utilizar-se-á o caso da cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, como fio condutor da explanação

PALAVRAS-CHAVE

Santa Rosa ; Cidade Nova; História Urbana

Introdução¹

A cidade, absoluta, histórica, abstrata, possui uma gênese. Esta origem pode ocorrer espontaneamente, em um processo voluntário de aldeamentos e povoados pré-existentes que complexificam sua estrutura material e social, ou de forma planejada, quando a fundação segue as diretrizes de um projeto intencionalmente aplicado por alguma entidade, seja pública ou privada. Ambas as formas de urbanidade implicam estratégias, interesses, conflitos e compartilhamentos, em geral menos conscientes na primeira, mas ainda passíveis de identificação.

No caso das cidades planejadas, criadas ex nihilo, são idealizadas e possuem em comum o traço de atenderem a propósitos específicos, sejam comerciais, militares ou culturais. Também se pode citar inúmeros casos de regiões urbanas inteiras remodeladas, que praticamente demarcaram a refundação de cidades.

Este padrão urbano recebeu inúmeras denominações, conforme o local e o tempo histórico. São as villes nouvelles, as new towns, nuevos pueblos, terras de Canaã, cidade protótipo, cidade projetada, cidade criada. Na língua portuguesa, em especial no Brasil, o fenômeno tem sido nomeado pela produção acadêmica como “cidades novas”, termo que remete a uma condição temporal, mas também a uma identidade urbana.

Na historiografia, a produção acadêmica sobre este fenômeno é recente, sendo a maior parte datada do início dos anos 2000 e ganhou maior destaque nas discussões referentes ao urbanismo destes conjuntos e nos debates acerca da (in) existência de seu patrimônio cultural e espaços de memória. Considerando que este é o panorama de muitas das cidades brasileiras que surgiram no século XX, propõe-se uma reflexão sobre os usos do passado e sobre as possíveis contribuições da História e da Historiografia para um entendimento mais plural da constituição destes espaços. Para tanto, este artigo propõe a sistematização metodológica do conceito, utilizando o caso da cidade de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, como fio condutor da explanação.

Compreendendo o conceito

Dentre as leituras realizadas para o entendimento do conceito de cidade

1 Este artigo é resultado parcial da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade federal de Santa Maria, sob orientação do Profº Drº José Martinho Rodrigues Remedi. Agradecimentos ao Instituto Federal Farroupilha – campus Santa Rosa pela concessão de afastamento integral para a pesquisa.

nova, o trabalho do arquiteto Ricardo Trevisan² adquire destaque. Sua tese de doutoramento, intitulada Cidades Novas, dedica-se ao levantamento do estado da arte do termo, perseguindo seu uso e definições na literatura especializada. Demonstra, de forma geral, que este é multifacetado, sendo adaptado conforme a necessidade de análise para incontáveis características geográficas e históricas.

O objetivo de Trevisan foi encontrar bases para construir uma definição funcional que pudesse ser utilizada para balizar futuros estudos no Brasil. Valorizando o trabalho do pesquisador e considerando a qualidade de sua pesquisa, opta-se aqui por seguir suas indicações a fim de esclarecer possíveis atributos das cidades novas, somando a estas, quando pertinente, as considerações de outros autores que abordaram a temática.

O primeiro enfoque identificado por Trevisan reúne estudos que caracterizam a cidade nova como uma aglomeração ex nihilo, ou seja, criada do nada. A criação, bem como o momento de fundação, possui centralidade analítica. Neste ponto, por exemplo, Márcia Regina de Andrade Mathieu, em entrevista para o arquiteto, afirma que a cidade nova “pode ser reconhecida a partir do instante de sua criação, apresentando ‘um ponto de partida preciso, um ato de nascimento localizado no tempo e no espaço’, sendo ‘um estabelecimento previsto com todos os atributos urbanos num espaço inicialmente virgem’”.³

Também, uma cidade é frequentemente tida como criada quando seu plano “é antecipadamente pensado e prevendo a localização dos órgãos fundamentais, a aglomeração urbana é desenvolvida num quadro artificial seguindo um plano imposto pela vontade do homem”. Ou ainda, as cidades novas, virtualmente planejadas e programadas, “expõem, sem disfarces, seu processo de formação, revelando a todos os componentes que contribuíram para sua criação e sua materialização”.⁴

Se as cidades novas deduzem o prévio planejamento, este pressupõe uma mobilização social dotada de capacidade técnica, material e financeira para ser efetivada. O segundo enfoque, assim, indica a agência, a ação de um interessado. Pode ser o gesto autoritário do Estado, ou o empenho de um grupo privado; de todo modo, ocorre em geral a partir de “dois tipos de circunstâncias: a tomada de posse de territórios novos ou a intenção de organizar uma ocupação regional existente introduzindo novos núcleos”.⁵ Nesta perspectiva, um trabalho interessante é o de Alessandro Rosaneli, no qual o autor defende que a cidade nova é um fenômeno associado a regiões de fronteira e a uma conjuntura de expansão territorial. Cita,

2 Trevisan, Cidades novas, 2009.

3 Trevisan, Cidades novas, p.53.

4 Trevisan, Cidades novas, p.54.

5 Trevisan, Cidades novas, p.56.

assim, a conquista do West nos Estados Unidos, a instalação ferroviária no oeste paulista e a ocupação do norte do Paraná.⁶

Dentre a produção que enfoca as cidades como criadas a partir da formulação de alguém, ou de alguma instituição, há diversos estudos que enquadram as cidades novas como um produto da teoria de Ebenezer Howard, escritor inglês do fim do século XIX. Conhecidas como cidades-jardim, as proposições de Howard – inicialmente concretizadas nas cidades inglesas de Letchworth (1903) e Welwyn Garden City (1919) – tornaram-se um modelo de experiência urbana a ser replicado.

Não apenas com o objetivo de “desafogar” as grandes cidades, mas de ocupar territórios e desenvolver regiões estratégicas, diversas cidades foram projetadas levando em consideração a obra de Howard e o modelo das cidades-jardim – direta ou indiretamente. Assim, relacionadas a esta e a outras publicações, inúmeras cidades novas surgiram como solução ao “espraçamento urbano desordenado” no século XX. O urbanismo brasileiro não ficou imune à experiência. Segundo Trevisan, esta ressonância na urbanística nacional ocorreu pela vinda de profissionais estrangeiros para prestar serviços no país, por viagens que os profissionais brasileiros realizaram ao exterior e por sua participação em palestras e congressos, mas também pela circulação das ideias do movimento em publicações, via revistas e livros.⁷

As primeiras atuações encontraram eco em outros projetos executados no Brasil, desde a fundação de cidades inteiras e a profusão das chamadas cidades-satélites, passando pela criação de bairros-jardim – nos quais o contato privilegiado com áreas verdes resultam em altos valores imobiliários e políticas especulatórias –, até a constituição de zonas periféricas objetivando a higienização e o controle social. Voltando às cidades novas, o ideal das cidades-jardim influenciou, especialmente, a organização de conjuntos citadinos conectados e hierarquizados, os quais buscavam um suposto equilíbrio entre o urbano e o rural.

Segundo a arquiteta Maria Irene Szmrecsanyi, a ação dos investidores ingleses e a aplicação de recursos em projetos de assentamento urbano de qualidade não convencional para as cidades brasileiras, a utilização do sistema urbano conectado-hierarquizado, preocupado com o planejamento regional, bem como a presença dos profissionais técnicos experimentados na teoria das cidades-jardim, são pontos de confluência que instigam uma relação automática entre a teoria original e a produção de espaços urbanos específicos. Esta conexão, contudo, deve ser balizada.⁸

6 Alessandro Rosaneli, *Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná*, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

7 Ricardo Trevisan, “Introdução ao ideário cidade-jardim no Brasil”. In: Elane Ribeiro Peixoto; Maria Fernanda Derntl (org.). *Arquitetura, Estética e Urbanismo: questões da modernidade*. Brasília, Editora FAU/UnB, 2014. v. 1, p. 204-219.

8 Maria Irene Szmrecsanyi, “O Modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná”, *Pós: Revista do*

Ao analisar as cidades paranaenses de Londrina e Maringá, demonstra que outras influências são observáveis, como a França de Haussmann, ou as preocupações norte-americanas com embelezamento urbano, com planejamento regional por critérios de abastecimento hídrico e com a construção de rede rodoviária das regiões metropolitanas. Estas influências, ademais, foram majoritariamente mediadas pela formação acadêmica e pela experiência prática desenvolvida anteriormente em São Paulo. Conclui, assim, que “curiosamente, o resultado desses empréstimos não é propriamente o internacional afirmado, mas, ao contrário, trata-se da afirmação da capacidade nacional a partir do aporte internacional”.⁹

Além de definições aplicadas conforme um momento histórico específico, Trevisan aponta que as cidades novas “foram também definidas como experimentações sociais e físicas na busca por uma melhor qualidade de vida”. Ele observou um delineamento de estudos preocupados em caracterizar estas cidades como um laboratório e demonstrar que a maior parte das propostas de criação dos núcleos urbanos “surgiu como uma crítica à cidade contemporânea e pelo desejo de criar a condição de reequilíbrio social, educando seus habitantes mediante sua organização e sua arquitetura, dando-lhes a condição necessária para o desenvolvimento sócio-econômico”.¹⁰

Assim, “do ideal ao real”, foram constantemente alimentadas pela busca de melhores condições. Evidencia-se, com isto, um outro enfoque verificado na literatura do tema: a cidade nova como campo de experimentação social. Este caráter permite diferenciá-la da cidade tradicional por implicar, em seu estágio inicial, um modo de vida mais intenso e diversificado.

Se as cidades novas são vistas como laboratório social, há também um conjunto de trabalhos empíricos que as observam como ambiente de experimentação urbanística e arquitetônica. Trevisan, então, questiona se a relação entre cidade nova e inovação, muito apregoada, verifica-se na prática e, a partir de suas leituras, inicialmente, defende que sim. A inovação seria inerente às cidades novas, as quais se situam em um contexto de abertura, desde o projeto e a implantação. Contudo, não necessariamente se traduz em modelos arquitetônicos originais, ou de vanguarda. No caso brasileiro, exemplificando, geralmente as cidades novas se compõem de um ambiente de aplicação das técnicas, como as da escola modernista.

No quesito urbanístico, por sua vez, percebe-se uma maior experimentação, constatável tanto na materialização dos conjuntos urbanos, quanto nos estudos acadêmicos. Neste sentido, o último enfoque apontado por Trevisan engloba os

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 8, p. 178-197, 2000, <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137335>, acesso em 17 mar. 2021.

9 Szmrecsanyi, “O Modelo das cidades-jardins”, p.193.

10 Trevisan, *Cidades novas*, p.66.

estudos que têm como objetivo “qualificar as estruturas que compõem” as cidades novas. Estas podem se apresentar como definições sínteses, quando se referem à reunião coerente dos elementos compositivos da cidade, ou fracionadas, ao abranger leituras pontuais sobre alguns dos elementos.¹¹

Dentre as definições sínteses, há uma proeminência do enfoque da cidade nova como cidade planejada, com a sua criação decidida pela via administrativa. São enfatizadas a vontade, a localização e a função, como frutos de um “pensamento racional em busca de um ideal”, podendo ter analisadas seu “tempo de desenvolvimento e das estruturas urbanas necessárias”. Neste viés, há tendência em compreender a “independência física e cultural”, somada à “independência econômica e política indispensável”.¹²

Para além dos estudos em que a definição síntese é central, muitos pesquisadores se debruçam à análise fracionada, em geral relacionada às funções para as quais as cidades foram criadas, às questões filosóficas envolvidas, às fórmulas de tamanho populacional, ao tempo de desenvolvimento. São trabalhos pontuais, focados em um ou mais aspectos, que direcionam os especialistas a se aterem, por exemplo:

à ordem urbanística (tamanho das cidades, agrupamento, localização, planejamento interno, modelos de habitações predominantes etc.); ou à ordem administrativa (natureza do empreendimento, relação com as coletividades locais); ou à ordem financeira. (...) Terminologias, vontade pública ou privada, funções pré-estabelecidas, território, envolvimento profissional, traçado, tamanho populacional, tempo de desenvolvimento, além de atribuições genéricas.¹³

Trevisan observa que, embora ocorram oscilações conceituais e alguns fatores sejam priorizados em detrimento de outros, mesmo as pesquisas fragmentadas se atêm em elementos compositivos-chave das cidades novas: a vontade em criá-las; o fato de serem resultantes de uma ação privada ou pública; o envolvimento de profissionais em sua concepção física; sua localização; tamanho populacional e seu desenvolvimento; bem como tempo do processo. Assim, averiguou uma constância que, na sua interpretação, atribui uma unidade a este tipo urbanístico, permitindo particularizar as cidades novas a partir de uma definição funcional.

11 Trevisan, *Cidades novas*, p.72.

12 Trevisan, *Cidades novas*, p.73-74.

13 Trevisan, *Cidades novas*, p.75.

Neste sentido, Ricardo Trevisan defende, em suma, que um núcleo urbano pode ser enquadrado como uma cidade nova ao “conter traços do DNA pertinentes a essa tipologia urbana”, os quais correspondem a: desejo, necessidade, lugar, profissional, projeto e tempo.¹⁴ Alinhavados em um tempo de longa duração, estes elementos fornecem subsídios analíticos para a identificação dos casos. Propõe-se, então, utilizar esta constituição teórico-metodológica, enquanto uma ferramenta, para o início da caracterização de Santa Rosa como cidade nova – sem limitar ou esgotar a discussão a estes pontos.

Aplicando o conceito à cidade de Santa Rosa/RS

Ao iniciar a identificação de uma cidade nova, conforme esta proposição, é preciso considerar que três dos atributos se encontram na sua origem e ocorrem simultaneamente: “o desejo em criá-las, a função para qual foram inicialmente idealizadas e a escolha de um sítio específico para sua implantação”.¹⁵ Deste modo, mesmo que o processo envolva variáveis e inúmeros atores sociais, pode-se afirmar que ocorre em relativa sincronia.

Uma cidade nova é uma cidade ideal, não por representar um modelo perfeito e acabado, mas por conter em si a utopia de determinada sociedade e personificar de forma física um desejo. Assim, deve “conter em seu passado um ambiente propício à sua criação”, um contexto composto por ideais, “somados aqui a conjunturas político-econômico-sócio-culturais favoráveis”. A vontade da construção, seja de um indivíduo ou grupo, apoiado por capital privado ou público, está diretamente relacionada à função para a qual a foi idealizada.¹⁶ Por resultar de eventos determinados, portanto, é fundamental compreender o momento, no tempo de curta duração, de sua gestação.

Gênese: a Colônia Santa Rosa

Pensando no objeto de estudo específico desta tese, a cidade de Santa Rosa, podemos considerar que a sua criação remonta à colonização empreendida pelo Estado do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1910. É importante ressaltar que a região consiste em tradicional território de diversos povos originários indígenas, que historicamente enfrentam uma dinâmica que perpassa o conflito, com a perda dos domínios e a negociação do uso do espaço do Alto Uruguai. Considerar a colonização no século XX como a gênese de Santa Rosa não significa negar a presença e a ação

14 Trevisan, *Cidades novas*, p.82.

15 Trevisan, *Cidades novas*, p.88.

16 Trevisan, *Cidades novas*, p. 87-88.

destes grupos; pelo contrário, situar a origem da cidade neste processo reforça a compreensão do espaço urbano enquanto prática social de um momento histórico específico, atrelada a um modo de produção baseado justamente na dominação ou aniquilação de estruturas e formas de vida tidas como inadequadas. No caso brasileiro, a Lei de Terras de 1850, no período imperial, foi decisiva para uma mudança nas formas de ocupação do solo, inaugurando uma preocupação com o domínio de terras “desocupadas” e improdutivas. O novo aparato legislativo, ao transformar a terra em mercadoria, expôs as características do desenvolvimento capitalista no país, enquadrando-se em um amplo processo nacional de consolidação do acesso à propriedade privada.¹⁷

Com a Proclamação da República e a primeira constituição deste período político, a resolução sobre as terras devolutas foi modificada outra vez, passando os Estados a legislarem sobre os territórios em seus domínios. Com isto, o olhar se torna mais localizado. Nas décadas seguintes, em especial durante o governo Vargas, associada ao pensamento nacionalista e a busca por um capitalismo autônomo, “houve uma promoção da regionalização oficial do Brasil incorporando a noção de região no pensamento e na prática do e sobre o Estado”.¹⁸

A historiadora Teresa Christensen, dedicada ao estudo do município de Santa Rosa, aponta que o noroeste do Rio Grande do Sul foi inserido na conjuntura econômica do Estado a partir do século XIX, período em que a organização espacial foi definida a partir do modelo capitalista que orientou a política de colonização, processo que não levou em consideração as particularidades dos grupos sociais que a habitavam. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, “as terras de domínio público ocupavam basicamente as matas. As terras devolutas ocupavam vastas extensões do Norte e Noroeste do Estado abrangendo o vale do Rio Uruguai, território ocupado ancestralmente pelos Kaingángs e remanescentes Guaranis”.¹⁹

Além das populações indígenas, a região de Santa Rosa contava com um significativo contingente de habitantes que muitas vezes foram denominados de “caboclos”, ou nacionais. Habitavam as terras de ervais que, até a Lei de Terras de 1850, eram consideradas áreas públicas. Dedicavam-se ao comércio da erva-mate e da madeira-de-lei, produtos abundantes na região. Para Christensen, esta população, composta em sua maioria por pessoas de ascendência indígena e branca, foi gerada no mesmo processo civilizatório que dizimou a maioria dos povos indígenas deste território.²⁰

17 Rosaneli, *Cidades novas da fronteira do café*, p. 77.

18 Valeria Freitas; Ricardo Dias Silva. “A identificação e valoração do patrimônio em cidades novas”, In: Simpósio Científico ICOMOS (1.: 2017, Belo Horizonte), Anais, Belo Horizonte, 2017, <https://even3.blob.core.windows.net/anais/60387.pdf>, acesso em julho de 2018.

19 Teresa Neumann Christensen, *Santa Rosa: Histórias e Memórias*, Porto Alegre, Palloti, 2008, p. 22-23.

20 CHRISTENSEN, Santa Rosa, 2008.

A autora localiza o início da questão de terras na região com a desagregação do sistema jesuítico, a qual, ao contrário da concepção popular, durou várias décadas. Contudo, autores como Cíntia Rodrigues²¹ e Tedesco e Caron²², abordam que a questão pode ser mais ampla, envolvendo interesses estatais de modernização, a mudança na legislação migratória – que passa a desincentivar a entrada maciça de estrangeiros – e a passagem do controle da política colonizadora privada e espontânea para outra tida como oficial, comandada pelo governo do Estado – por meio da Diretoria de Terras e Colonização e das Comissões de Terras locais –, a partir de concessões a empresas colonizadoras.

O geógrafo Nilo Bernardes, em seu estudo sobre a ocupação e as origens do povoamento no Rio Grande do Sul publicado em 1950, afirmou que, entre os anos de 1912 e 1915, manifestava-se uma tendência para a ocupação de toda a “mata do Uruguai”, que na época se constituía de terras devolutas. Santa Rosa teve seus trabalhos iniciados a partir de 1914, “quando os primeiros povoadores espontâneos já desbravavam o território entre os rios Santo Cristo e Buricá” e “o governo estadual sentiu-se na necessidade de criar, no local, uma nova colônia”.²³

Assim, conforme relatório publicado em 1917, a colônia “foi fundada em 5 de janeiro de 1915 e os trabalhos iniciados logo em seguida”, ressaltando que “existia nas terras da colônia grande número de famílias de colonos nacionais irregularmente estabelecidas”²⁴. O objetivo do governo do Estado era promover a modernização do território, tornando-o modelo para o restante do país, em uma conjugação de incentivos à propriedade privada, trabalho agrícola, desenvolvimento industrial e valorização do “nacional”, evitando a criação de redutos étnicos, a exemplo do ocorrido na colonização do período imperial.²⁵

Institucionalmente, então, a criação da colônia Santa Rosa ocorreu em 5 de janeiro de 1915. A finalidade apregoada foi a de regularizar a situação dos intrusos que ocupavam a floresta à margem da Colônia Guarani – esta constituída no fim do século XIX. A versão oficial conta, ainda, que a idealização da colônia foi responsabilidade do coronel Bráulio Oliveira, intendente do município de Santo Ângelo – do qual a colônia faria parte – e chefe político regional, com extensas

21 Cíntia Régia Rodrigues, *As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928)*, Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

22 João Carlos Tedesco.; Márcia dos Santos Caron. “Intrusões no Alto Uruguai gaúcho - 1927-29: o caso do ‘bando de João Inácio’”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan.-jun., p. 161-185, 2012, <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/11600/8016>, acesso em 04 jun. 2021.

23 Nilo Bernardes, “A colonização no Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul”, *Revista Brasileira de Geografia*, jul-set. 1950, p. 37.

24 “Santa Rosa”, *A Federação*, Porto Alegre, ano 34, n.219, 21 set.. 1917, p. 3.

25 Rodrigues, *As populações nativas sob a luz da modernidade*, 2007.

propriedades em uma localidade posteriormente denominada de Esquina Cruzeiro, em ponto estratégico da nova colônia.

Ao que tudo indica, Bráulio Oliveira nutria boas relações com o então chefe do Governo do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense.²⁶ A instalação da colônia parte de correspondências entre os interessados, mas também é publicizada, ao longo dos anos, por meio d'A Federação, órgão editado em Porto Alegre e ligado ao PRR. Na edição de 10 de dezembro de 1914, por exemplo, o periódico traz o relatório da Secretaria de Obras Públicas sobre a colonização, onde são citados trechos de discurso do presidente de Estado, Borges de Medeiros. Este afirmava que “Colonizar as terras públicas é povoar o solo, radicar e desenvolver a agricultura, fomentar a abastança, assegurar a relativa independência humana e implantar a ordem definitiva”, tecendo comentários sobre como tais palavras sintetizavam “brilhantemente as razões dos esforços da colonização em nossa desenvolvida região agrícola, então inteiramente desaproveitada”²⁷.

Além da necessidade de ocupação destes espaços por razões estratégicas, havia também a preocupação em atender os interesses políticos, de uma oligarquia hegemônica no Estado, formando nas áreas colonizadas um eleitorado capaz de garantir a supremacia do PRR, o controle político das novas colônias era fundamental, uma vez que estas se caracterizavam por áreas pequenas e médias propriedades com concentração de população e representava o significativo colégio eleitoral que garantia a dominação do sistema político vigente, além disso, a produção gerada pelas mesmas proporcionaria uma modernização econômica, além de contribuir com arrecadação de tributos para os cofres públicos.²⁸

Delimita-se, assim, o momento da criação de Santa Rosa enquanto cidade nova com a sua fundação na categoria de colônia, atendendo a uma preocupação estatal de domínio de territórios, do fortalecimento de um ideário de modernização para o Estado e de controle populacional.

O terceiro atributo da gênese a ser definido, então, é o sítio escolhido. Ricardo Trevisan assinala que local de implantação é “determinante para o surgimento da cidade, com influência direta nas atividades político-econômicas”. Muitas vezes, o sítio mesmo é “o motivo que suscitou a iniciativa de sua criação (exploração mineral, entroncamento viário etc.), ou que dará suporte àquilo desejado por seus criadores (por exemplo, defesa de território).²⁹ No caso de Santa Rosa, o local escolhido está relacionado com o avanço do domínio estatal em direção à fronteira, acompanhando

26 Sonia Jane Sartori; Teresa Neumann Christensen; Vera Maria Mendoza Segat. Pelos caminhos de Santa Rosa, Santa Rosa, Barcellos Livreiro e Editor, 1981, p.55.

27 “O relatório das Obras Públicas – Colonização”, A Federação, Porto Alegre, ano 31, n.284, 10 dez. 1914. p.1.

28 Christensen, *Santa Rosa*, p.23.

29 Trevisan, *Cidades Novas*, p. 89.

do um prévio planejamento de povoados e redes de transporte e comunicação.

A colônia Santa Rosa foi pensada a partir das bacias hidrográficas, ficando o território dividido em quatro zonas, pelos principais rios que são o Boa Vista, Santo Cristo, Santa Rosa e Buricá. Havia ainda o rio Comandaí, “que para Santa Rosa não é mais do que um divisor ou uma linha de separação inter-municipal, estende-se ao longo dessa divisa que o separa do município de S. Luiz desde o ponto em que bifurca com a divisa de Santo Ângelo até o rio Uruguai”³⁰. Estas divisas citadas, já eram então utilizadas para separar Santo Ângelo dos municípios vizinhos de Palmeira das Missões e São Luiz Gonzaga.

Vicente Cardoso, nome de grande presença na história política e cultural de Santa Rosa, quando de sua passagem como secretário municipal de Obras e Viação, em 1947, publicou um relatório sobre o município a pedido do Serviço Nacional de Recenseamento, o qual mais tarde foi atualizado e publicado sob o título de Município de Santa Rosa, em formato monográfico. Na monografia afirma ser “notável o fato que o município de Santa Rosa surgiu, não como uma área constituída por vários pedaços de outros municípios, mas como uma única parte ou melhor, como uma gleba perfeitamente definida por divisas naturais”³¹. O discurso remete a uma “naturalidade” do espaço, em que a escolha não passa de aplicação lógica.

Conforme Christensen, a colonização oficial partiu do centro denominado de 14 de Julho, em uma clareira na mata virgem onde foi instalado o acampamento da Comissão de Terras.³² Este ponto serviu de apoio aos profissionais e técnicos responsáveis pela medição e distribuição dos lotes e deveria ser provisório. Uma publicação de outubro de 1915 do jornal A Federação, por exemplo, indicava o núcleo de Santo Cristo como o escolhido para sede³³. Em 1918, o relatório do governo publicado no mesmo jornal indicava que em 25 de outubro de 1915, simultaneamente à inauguração da linha telefônica da colônia até Santo Ângelo, “foi organizado o projecto da sede provisória actual em 14 de julho, mediante o estudo prévio do terreno, cujas ruas e praças estão sendo construídas, havendo já 2 trechos de avenidas arborizadas”³⁴. A sede oficial era planejada, então, para as proximidades da cascata Santa Rosa, no rio de mesmo nome, a fim de se aproveitar a energia da queda d’água.

Apesar de 14 de Julho ter sido “apenas escolhido como ponto de partida dos serviços de medição e divisão de terras”, “aconteceu que em torno do acampamento foram se aglomerando os primeiros povoadores, construindo moradias, abrindo caminho, derrubando matas, fazendo lavouras”³⁵. A escolha do sítio, desse modo, foi perpassada tanto pelo planejamento, quanto pela prática dos responsáveis pelo

30 Vicente Cardoso, O município de Santa Rosa, Porto Alegre, Gráfica da Livraria do Globo, 1947, p. 33-34.

31 Cardoso, O município de Santa Rosa, p. 22.

32 Christensen, *Santa Rosa*, 2008.

33 “Colônia Santa Rosa”, A Federação, Porto Alegre, ano 32, n. 228, 02 out. 1915. Assembleia dos Representantes – Mensagem Presidencial, p. 2.

34 “Colônia Santa Rosa – Proteção aos nacionaes”, A Federação, Porto Alegre, ano 35, n. 24, 26 jan. 1918. p.3.

35 Sartori; Christensen; Segat, Pelos caminhos de Santa Rosa, p.56.

início do empreendimento.

Assim, outro atributo das cidades novas precisa ser considerado: “o(s) profissional(is) que dará concretude à CN a partir da concepção de seu espaço físico, seja o traçado (vias, quadras e lotes), seja o tecido (parcelamento e edificações)”³⁶ O primeiro responsável pela concepção do espaço de Santa Rosa foi Octávio de Campos Monteiro, administrador da colônia e encarregado de “percorrer a região para fazer o levantamento de todos os intrusos e também realizar os estudos preliminares tendo em vista a criação da colônia mista de Santa Rosa”. Respondia ao engenheiro Carlos Torres Gonçalves, Chefe da Colonização Geral do Estado, e ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, objetivando uma colonização “onde seriam dadas proteção fraterna aos nacionais e caboclos, e terra para colonos de todas as etnias”³⁷

Quintina Zanela, capataz, coordenou o local escolhido como ponto de partida dos serviços de medição e divisão de lotes, instalando o primeiro escritório da Comissão de Terras em Santa Rosa, em 1915, sob chefia de Octávio de Campos Monteiro. O levantamento para a construção da futura sede da colônia foi realizado pelo engenheiro Goldophim Ramos. Segundo Christensen, a partir do núcleo de 14 de Julho, a colonização oficial estendeu-se para Porto Lucena, Tucunduva e Laranjeira, prolongando-se depois, por um contrato com a firma Dahne, Conceição & Cia que, em 1943, concluiu a colonização no vale do Uruguai. João de Abreu Dahne, um dos proprietários da empresa colonizadora assume a chefia da Comissão de Terras local no início de 1916 e permaneceu no cargo até 1930.³⁸

Os lotes eram delimitados, obedecendo a demarcação a novos moldes, mais conformes com a situação, hidrografia e viação do local. A preocupação com a posição dos rios e a rede de estradas é fundamental para a compreensão da divisão espacial da colônia e, também, do futuro traçado urbano. Em Santa Rosa, pela primeira vez no Estado (ainda que seja praticamente uma das últimas colônias) o sistema de colonização não seguiu a divisão dos lotes em plano ortogonal geométrico – seguindo as orientações norte/sul ou leste/oeste – mas acompanhou o curso dos rios, as curvas de níveis do relevo e a posição das estradas e ferrovias, já previamente planejadas pelo governo³⁹. Desta forma, a divisão territorial não tem uma aparência homogênea, mas assume uma racionalidade para o melhor aproveitamento das terras e escoamento da produção. A ideia de seguir as águas e estradas para delimitação dos lotes provém da experiência colonial no Estado, em que, no momento da fundação de Santa Rosa, já se verificavam as dificuldades provenientes desta falta de planejamento.

A área foi dividida em colônias, cada uma com 25 hectares.⁴⁰ Em 1916, já ha-

36 Trevisan, *Cidades Novas*, p. 89.

37 Christensen, Santa Rosa, p. 36.

38 Christensen, Santa Rosa, 2008.

39 Bernardes, “A colonização no Município de Santa Rosa”, 1950.

40 Christensen, Santa Rosa, p.57.

viam sido medidos 1.233 lotes, abrigando 873 famílias, que perfaziam uma população de 4.340 habitantes. Na aquisição dos lotes mais próximos ao núcleo colonial era garantida “prioridade aos ‘colonos nacionais’, em função da determinação do governo do estado em comprovar que era possível realizar a sua integração com os descendentes de imigrantes, dando-lhes uma oportunidade econômica e social”.⁴¹

Vicente Cardoso justificou o sucesso de Santa Rosa pelo fato de ser uma colônia mista, onde nacionais (caboclos e descendentes de imigrantes das colônias velhas) foram os principais colonizadores. Os imigrantes europeus também estavam presentes, mas em menor número e de forma a serem induzidos à socialização com os outros grupos culturais. O autor defendia que os imigrantes, em especial os alemães, tinham tendência ao isolamento e não partilhavam do mesmo amor à pátria que possuíam os nacionais.

O misto de um bom planejamento dos lotes e um equilíbrio demográfico, portanto, seriam o segredo do sucesso da colônia. Alessandro Rosaneli explica que nas cidades novas brasileiras deste período, em geral, a “ocupação” e o desenvolvimento de locais considerados inóspitos ou subaproveitados, assim, foram incentivados pelo Estado, em parceria com diversas empresas de loteamento e colonização. O objetivo central era o de explorar terras para o cultivo de produtos agrícolas rentáveis, associando centros urbanos às pequenas e médias propriedades, a fim de garantir a capacidade de beneficiar e escoar a produção. Isto justificou, ainda, o grande investimento em ferrovias, estradas de rodagem e até aeroportos nestas novas regiões.⁴²

A preocupação não apenas com o assentamento dos colonos, mas com as condições para o desenvolvimento do território, como a partir da indicação das estradas de rodagem e da linha telefônica. O jornal *A Federação* publica, já em julho de 1915, telegrama recebido sobre os melhoramentos na colônia:

“Santo Ângelo, 23 – com o presente recado fica inaugurada a linha telephonica ligando a colônia santa rosa à villa Santo Ângelo. Simultaneamente temos o prazer de comunicar-vos que acabam de ser ultimados os estudos da excelente estrada de rodagem entre os mesmos pontos. Nova colônia inicia-se pois sobre os melhores auspícios aguardando apenas a ligação ferroviária com Cruz Alta e S. Luiz Gonzaga para constituir-se em rápida expansão, numa das grandes zonas agrícolas do Estado, dispondo de excelentes terras e ricas matas. Temos a honra de apresentar-vos, por este duplo acontecimento, de grande alcance para a vida da nova colônia, nossas cordeaes congratulações. Saudações cordeaes. Torres Gonçalves, Braulio Oliveira, Octavio Monteiro Godolphim.”⁴³

41 Christensen, *Santa Rosa*, p.38.

42 Rosaneli, *Cidades novas da fronteira do café*, 2009.

43 “Comunicações com a Colônia Santa Rosa”, *A Federação*, Porto Alegre, ano 32, n. 145, 25 jun. 1915. p.5.

A estrada de rodagem foi concluída em 1918, sendo inaugurada com uma festa que ficou conhecida como “Festa aos Nacionais”, oferecida pelo governo do Estado aos colonos. A estrada totalizava 66 quilômetros até Santo Ângelo, onde “já se acha a ponta dos trilhos da linha férrea Cruz Alta – Porto Lucena, está sendo ultimada”. A matéria aponta, ainda, a satisfatória arrecadação que a Colônia vinha garantindo, a qual “apenas com 3 anos de idade, produziu já de renda para o estado, proveniente da venda de lotes coloniais, no anno que acaba de findar, 270:000\$000, números redondos.”⁴⁴

A inclusão de melhoramentos e o crescimento exponencial da localidade foram instrumentalizados a fim de demonstrar o sucesso da colonização. Observa-se, assim, nas décadas subsequentes, diversas publicações elaboradas com o objetivo ou de prestar contas sobre o município, ou de criar um panorama descritivo sobre o mesmo. São, em geral, relatórios com ênfase quantitativa, produzidos por equipes técnicas, como as do IBGE ou a própria monografia de Cardoso, elaborada através da Prefeitura Municipal.

Vicente Cardoso relatou que, se em 1940 a cidade tinha 1.800 habitantes, em 1947 contava com perto de 5.000. “Santa Rosa, hoje está progredindo: sua posição, entre as comunas do estado, é invejável”. Era “uma cidade que cresce na razão média de pouco menos de 2 prédios por semana, tendo triplicado sua população em 4 anos e padecendo, como quase tôdas as cidades do Brasil, de falta de habitações”⁴⁵. O crescimento da cidade, “num ritmo acelerado de modernismo”, é colocado como algo positivo, mesmo com todos os problemas de infraestrutura urbana que poderia apresentar.

Chama a atenção o fato dos dados do relatório de Vicente Cardoso serem relativos à sede do município, ou seja, à área efetivamente cidadina. O autor chega mesmo a apontar que a vocação urbana de Santa Rosa se deu com a próprio plano governamental de colonização, sendo assim “natural que seu povoamento, embora intensificado nas zonas rurais, o fôsse, também, nas zonas urbanas, onde se instalaram logo os escritórios de administração e controle”⁴⁶. Segundo ele, no momento mesmo da proposição do distrito de Santa Rosa pela cidade de Santo Ângelo, “já esta gleba riquíssima do norte evidenciava suas grandes condições de ter, mais cedo ou mais tarde, não uma sede distrital mas uma cidade e a cabeça de um dos municípios mais importantes de todo o Estado”⁴⁷.

A ênfase na cidade é observável também em outras publicações. A Enciclopédia

44 “Colônia Santa Rosa: Festa aos Nacionaes”, A Federação, Porto Alegre, ano 35, n. 54, 5 mar. 1918. p.1.

45 Cardoso, O município de Santa Rosa, p. 26.

46 Cardoso, O município de Santa Rosa, p. 19.

47 Cardoso, O município de Santa Rosa, p. 22.

dos Municípios Brasileiros apresenta Santa Rosa como um “município próspero, de considerável importância na economia do Rio Grande do Sul”, sendo que “já em 30 de junho de 1919 o povoado contava 58 casas de madeira; 2 engenhos de serra a vapor e 2 a força hidráulica; 2 olarias; 2 hotéis; 1 cinema - o templo católico estava em construção” e a população somava 415 habitantes⁴⁸. Ainda que os dados publicados pelo IBGE relativos à economia e às características naturais deem conta de toda a extensão do município, o destaque, neste sentido, fica por conta dos melhoramentos urbanos e serviços que o município passava a oferecer.

Fundação: a emancipação política

Retornando à consideração dos atributos de uma cidade nova, portanto, identifica-se a emancipação enquanto um segundo momento chave da criação de Santa Rosa. Este, conforme Trevisan, seria o tempo do nascimento, ou melhor, o tempo da sua fundação. A cidade então adquire uma nova datação, a fim de demarcar temporalmente a mudança de caráter, ainda que isto ocorra por meio de um processo. O dia é 10 de agosto de 1931, uma segunda-feira que encerrou a programação oficial de instalação do município e uma série de etapas da emancipação que recuam um pouco no tempo.

Teresa Christensen afirma que o movimento emancipacionista na Colônia Santa Rosa teve seu início no ano de 1929, quando um grupo de líderes locais – em sua maioria ligados a cargos públicos da criação da Colônia e ao comércio e indústria – organizam-se como uma comissão, a qual ficou responsável pelos trâmites do processo, bem como pelas negociações com o município original, Santo Ângelo, e o governo do estado.⁴⁹

Uma das motivações para o movimento emancipacionista era o desprezo com que eram tratados os assuntos da colônia Santa Rosa pelo Intendente e demais autoridades de Santo Ângelo. A principal justificativa, por sua vez, dizia respeito ao rápido crescimento colonial, que na época estaria se tornando “um centro importante e, muitos povoados próximos desenvolviam a sua indústria de maneira a influírem no progresso geral da Colônia”.⁵⁰

A autora verificou, em relatório do Município de Santo Ângelo, que a população de Santa Rosa “era de milhares de habitantes”, pois o recenseamento de 1927 apontava um número de 17.530 indivíduos, o que provavelmente aumentaria pela corrente migratória que vinha ocorrendo para a região e pelo elevado coeficiente de natalidade. A sede de 14 julho, isoladamente, contava com cerca de 2 mil pessoas. A arrecadação, por sua vez, “ascendia a 350:000\$000, limite máximo

48 IBGE, “Santa Rosa”, Enciclopédia dos Municípios brasileiros, vol.34, Rio de Janeiro, 1959, p. 185.

49 Christensen, Santa Rosa, p.89.

50 Christensen, Santa Rosa, p.90.

[sic] fixado para criação de um município, revelando então a capacidade de viver de forma autônoma”.⁵¹

A historiadora infere que a iniciativa, que andou a largos passos em 1929, acabou diminuindo o ritmo no ano subsequente em virtude do movimento impetrado pelo grupo liberal que levou Getúlio Vargas ao poder da nação. Aborda que, inclusive, encontravam-se na região muitos adeptos da chamada revolução prestes a agir – o que acabou não sendo necessário. Findo este episódio, o ano de 1931 iniciou com a esperança e promessa, por parte do governo estadual, da emancipação da Colônia Santa Rosa.

Além da organização civil, foi fundado no povoado o jornal A Serra, de propriedade do escrivão distrital Major Santos Oliveira. Definido como “órgão dos interesses gerais”, divulgava o movimento emancipacionista e, através de editoriais, justificava suas aspirações para a população local. Hilleshein aponta que a primeira menção ao processo emancipatório nas edições do jornal A Serra, disponíveis no acervo do Museu Municipal de Santa Rosa, data de 25 de janeiro de 1931, com a notícia de capa “A Emancipação do Município de Santa Rosa”. Na sua interpretação, “no texto do redator Fernando Albino da Rosa nota-se que o jornal busca levar com otimismo as informações e semear a importância de acreditar no movimento emancipacionista, trazendo a boa nova de uma possibilidade que o sonho seja alcançado ainda em 1931”.⁵²

Fabrizio Ricardo de Limas Tomio explica que as emancipações no Brasil, naquele período, seguiam as definições previstas pela Constituição republicana de 1891.

As alterações na divisão territorial do estado eram atribuição exclusiva das câmaras municipais envolvidas. O processo decisório era estabelecido pela Lei Orgânica de cada município. Em síntese as câmaras aceitavam os pedidos de anexação, desmembramento ou criação municipal; promoviam os plebiscitos e enviavam o projeto de emancipação ao Governador do Estado. Esse ator, com base nos pré-requisitos firmados pela Constituição Estadual, vetava ou promulgava o decreto de criação municipal. O processo decisório, portanto, estava restrito ao Presidente do Estado e aos chefes republicanos locais, que solicitavam as emancipações conforme seus interesses e conveniências.⁵³

51 Christensen, Santa Rosa, p.92.

52 Jardel Hilleshein, *Jornalismo e política em Santa Rosa: o caráter emancipacionista do jornal A Serra*, Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Jornalismo), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2021.

53 Fabrizio Ricardo de Limas Tomio, “Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul”, *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 24, p. 123-148, jun. 2005, <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3720/2968>, acesso em: 25 mai. 2021.

A emancipação de Santa Rosa adveio, em parte, das negociações de líderes locais objetivando o reconhecimento do desenvolvimento regional construído pela população; por outro lado, refletiu os interesses e disputas entre as elites regionais e o poder municipal, onde o controle do território garantiria prestígio político e benesses econômicas. Neste ínterim, faz-se necessário citar o nome do Coronel Bráulio Oliveira, político republicano na região que nutria, como já apontado, relações de proximidade com o governo estadual, nas figuras de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e o então interventor Flores da Cunha. Seu histórico como intendente de Santo Ângelo e sua posição de sub-chefe da 7ª região policial com sede naquela cidade, certamente contribuíram para o acordo entre autoridades.⁵⁴

No dia 1º de julho de 1931, foi publicado o decreto que criou o município de Santa Rosa, assinado pelo interventor estadual Flores da Cunha. O argumento pontuado é de que “considerando o referido território, com uma população de cerca de trinta e cinco mil habitantes, tem comércio e indústria bastante desenvolvidos, pois em 1929 contribuiu para os cofres municipais com renda superior a \$350:000000”.⁵⁵ A utilização do ano 1929 como referência reforça a hipótese de que o processo estagnou por uns meses e foi retomado assim que a situação nacional se acomodou, sendo os argumentos iniciais levantados pela comissão local aqueles utilizados para justificar a emancipação.

Outro ponto em debate dizia respeito ao fato de que Santo Ângelo contraíra um grande empréstimo com o Banco do Rio Grande do Sul para melhoramentos no território e a perda de boa parte deste – sobretudo da parcela que maior arrecadação vinha apresentando – impactaria diretamente na saúde financeira municipal. A solução encontrada, acordada pelo decreto de criação municipal, foi a de que Santa Rosa assumiria metade da dívida. Ficaram também explicados então os limites do novo município, definidos segundo acordo entre os governos do Estado e de Santo Ângelo.

Um último ponto do decreto de municipalização diz respeito ao nome da cidade. Além de manter a antiga denominação colonial, foi instituído que o povoado de “14 de julho” seria a sede do município, passando a denominar-se também de Santa Rosa. Apesar de a instalação ter ocorrido no domingo, 9, oficialmente a data do aniversário do município ficou o dia 10 de agosto. Possivelmente, o apelo e a lembrança da festa com participação popular (uma passeata e um jantar baile) tenham sido determinantes para a definição, ainda que não tenha sido encontrada nenhuma menção ao fato nas páginas dos jornais da época. O dia 10 também foi a

54 Camila Benso da Silva. A escola e a identidade territorial: o rural e o urbano em Santa Rosa/RS, Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

55 Christensen, Santa Rosa, p. 97.

data da posse do prefeito, indicando como motivo uma questão política. Depreende-se, então, que apesar da data de “fundação”, a cidade consolida seu significado somente com a passagem do tempo longo, a partir de um trabalho de memória e comemoração cívica.

Consolidação: a urbanidade

O fato de ser emancipada oficializa que determinada localidade contém os atributos necessários tanto à vida urbana, quanto a interlocução e relação com suas áreas suburbanas e rurais, constituindo-a em um centro político, administrativo e social. A urbanidade, contudo, não se concretiza imediatamente. Entre adquirir o título de cidade/município e se consolidar enquanto tal, há um tempo de desenvolvimento, encerrando o ciclo de curta duração da criação de uma cidade nova. A última etapa da criação de uma cidade nova, assim, está relacionada ao seu desenvolvimento urbano, em especial o que diz respeito a intervenções urbanísticas e experimentações arquitetônicas.

Santa Rosa, como um exemplar, não ficou imune a esta constituição paisagística. Uma análise prévia das fontes permite afirmar que as décadas posteriores à emancipação foram fundamentais para a constituição urbana da sede municipal, período no qual diversos empreendimentos foram levados à cabo, fossem públicos ou privados. Na década de 1940, por exemplo, ocorreu uma remodelação urbana e o deslocamento da área central para a chamada “Cidade Nova”, com a abertura da Avenida Rio Branco e de ruas próximas que viriam a abrigar, entre outras edificações, a estação ferroviária e o Palácio Municipal. Vicente Cardoso, em sua monografia de 1947, ressalta os empreendimentos que, naquele momento, vinham sendo realizados pela prefeitura e por particulares, dentre os quais “poderíamos mencionar, de forma especial e destacada, o edifício do Palácio Municipal, o Presídio Modelo e vários edifícios de alvenaria e cimento armado que ornaram a zona central da cidade em um número já bastante elevado”⁵⁶, além das “praças e jardins e os monumentos nelas existentes”⁵⁷. O autor cita com orgulho, ainda, o incentivo que os governos municipais vinham fazendo, “no sentido de diminuir o número de prédios de madeira, incrementando e encorajando os proprietários no sentido de conseguir um princípio de ressurgimento da cidade, em alvenaria e cimento armado”⁵⁸.

Em muitas ocasiões, assim, a cidade se assemelhou a um “canteiro de obras”. Foram erguidos inúmeros prédios públicos, como as estações férreas, o palácio municipal, escolas, correios, biblioteca, quartel e vila militar, além de residências e estabelecimentos empresariais (hotéis, indústrias, comércio). Com frequência,

56 Cardoso, O município de Santa Rosa, p.30.

57 Cardoso, O município de Santa Rosa, p.31.

58 Cardoso, O município de Santa Rosa, p.29.

foram pensadas e executadas a abertura de vias e a (re)instalação de praças, além da preocupação com o embelezamento urbano, com o calçamento das ruas e com o abastecimento de água e energia. Nas páginas do jornal A Serra, por exemplo, era comum encontrar menções às construções, inaugurações, ou até mesmo a reclamação sobre restos de materiais construtivos deixados nas ruas e calçadas.

Neste ponto, cabe ressaltar a atuação da Construtora Santoangelense, posteriormente conhecida por Construtora Medaglia, que atuou de forma constante na projeção e execução de edificações na cidade. Segundo levantamento prévio realizado por Kerber⁵⁹, entre os anos de 1941 e 1955, a construtora realizou pelo menos 90 projetos em Santa Rosa, com destaque para a Livraria da Serra, a Sociedade Recreativa Concórdia e a Igreja da Comunidade Evangélica Luterana. Interessante pontuar, nesta direção, que a partir do ano de 1939 os projetos de iniciativa particular passam a ser arquivados pela Prefeitura e, hoje, este acervo se encontra disponível no arquivo da Secretaria de Planejamento. São centenas de projetos, ao longo das décadas, que registram o desenvolvimento da cidade.

Considerações finais

Propor-se a compreender a vida urbana abre um leque infinito de abordagens: diversas são as demarcações geográficas, as bases filosóficas, os aparatos teóricos, as fontes disponíveis e as metodologias de pesquisa. A perspectiva é sempre estimulante para quem aprecia caminhos abertos e amplas possibilidades.

Elencar uma cidade como objeto de estudo em História, porém, apresenta riscos e exige precauções, especialmente no sentido de buscar-se evitar que a análise recaia em explicações descoladas dos indivíduos que participaram do processo histórico. Por mais óbvio que pareça, é preciso ressaltar que a cidade em si não produz história. As ruas, os prédios públicos, os estabelecimentos comerciais e as residências são produtos e, como tais, resultado da ação humana. Por outro lado, como resultado da produção dos homens em relação, o espaço urbano influencia as formas de viver e as expectativas em torno da cidade. No caso das cidades novas no Brasil, por exemplo, elas evidenciam o fato de que vieram substituir um complexo sistema de organização espacial e funcional voluntário. “Em tão pouco tempo essas cidades planejadas foram grandes canteiros de obras que resultaram em experimentações arquitetônicas vernaculares e reproduções de arquétipos nacionais e internacionais”.⁶⁰

59 Rodrigo Fabrício Kerber, “Digitalização do arquivo de projeto da construtora Medaglia e o levantamento da arquitetura dos anos trinta e quarenta no interior do Rio Grande do Sul”, In: Seminário DOCOMOMO Brasil (9.: Brasília, 2011), Anais, Brasília, 2011, http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/016_M02_OR-DigitalizacaoDoArquivoDeProjetoDaConstrutoraMedaglia-ART_rodriigo_kerber.pdf, acesso em 15 mai 2021.

60 FREITAS; SILVA, “A identificação e valoração do patrimônio em cidades novas”, p.13.

Acredita-se que estudar as peculiaridades das cidades, em caráter histórico, auxilia a evidenciar a diversidade do fenômeno urbano. Neste sentido, a produção historiográfica sobre as cidades novas no Brasil, de modo geral, pode ser de grande contribuição no entendimento da pluralidade social urbana. Uma das formas de se efetivar este objetivo seria, como buscou-se realizar neste trabalho, a construção de outras estratégias teórica-metodológicas.